

Considerações sobre os sentidos da expressão *língua materna* na Idade Média

José Edicarlos de Aquino (UNICAMP)

RESUMO: No presente artigo, procuramos descrever e interpretar os sentidos da expressão *língua materna* seguindo os seus primeiros registros na Idade Média. O nosso objetivo é desnaturalizar os sentidos comumente associados à expressão, mostrando que eles são construídos historicamente. Diante da ausência de registros anteriores ao século XII, consideramos a expressão *língua materna* uma invenção medieval, empregada inicialmente em latim, nos textos da Igreja, como forma de contrapor essa língua aos vernáculos emergentes. Ela é tomada, assim, como uma marca da consciência da diversidade dialetal e linguística do homem medieval.

Palavras-chave: Língua Materna; Idade Média; latim, vernáculos.

RÉSUMÉ: Dans le présent article, nous cherchons à décrire et interpréter les sens de l'expression *langue maternelle* en suivant ses premiers enregistrements au Moyen Âge. Notre objectif est de dénaturer les sens couramment associés à l'expression, en montrant qu'ils sont historiquement construits. Compte tenu de l'absence des enregistrements antérieurs au XIIe siècle, nous considérons l'expression *langue maternelle* une invention médiévale, initialement employée en latin, dans les textes d'Eglise, comme moyen d'opposer cette langue aux vernaculaires. Elle est considérée ainsi comme une tâche de la conscience de la diversité dialectale et linguistique de l'homme médiéval.

Mots-clés: *Langue Maternelle; Moyen Âge; latin; vernaculaire.*

Apresentação

Através das línguas, das épocas, dos discursos, a atribuição do significante *materna* ao significante *língua* é suporte de muitas representações: *mãe física, fala infantil, linhagem sanguínea, clã, origem, oralidade, território, comunidade, povo, nação*. Desconhecida pela Antiguidade Clássica e disseminada a partir da Idade Média, a expressão *língua materna* não apenas sofre o mérito da evidência, como também é, nas palavras de Jean-Didier Urbain (1982), uma imagem persistente no coração da linguística. Assim, William Dwight Whitney, no fim do século XIX, vai sugerir equivalência entre *língua materna* e *língua nativa*, enquanto no Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure, já no século XX, se afirma que “é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna” ([1916] 2006, p. 27); ao passo que Leonard Bloomfield, na década de 1930, vai contrapor *língua materna* à *língua adulta*, quando aborda o fato da mudança linguística dos

filhos de imigrantes. Não limitada à obra de Whitney, a associação entre *língua materna* e *falante nativo* é bastante frequente, de maneira que falante nativo acaba por ser definido como aquele que usa a primeira língua, sendo essa primeira língua a sua língua materna (LEPSCHY, 2001).

Atribuir à primeira língua que se aprende o nome de *língua materna*, caracterizando essa língua como *aquela que se tira da mãe*, pode parecer gesto um banal, até mesmo esperado. No entanto, para questionar essa evidência, é necessário prestar atenção a dois fatos. Em primeiro lugar, não se encontram, no Ocidente, registros da expressão *língua materna* antes do século XII. Em segundo lugar, mesmo que a expressão esteja ligada a sentidos como *primeira língua*, *língua da terra-mãe*, *língua das origens*, esses sentidos foram constituídos em certas condições de produção e em certos espaços, que se transfiguram, se tornam outros e, por isso mesmo, depõem contra qualquer sentido literal ou natural que se queira atribuir à expressão.

Na tradição filológica germânica de estudos sobre a expressão *língua materna*, Leo Spitzer (1944) considera o seu aparecimento como fato ligado ao nascimento das línguas românicas, ao bilinguismo cultural medieval e à tradição cristã da educação maternal. Já Karl Heisig afirma que a expressão foi usada para designar um dialeto germânico falado pela mãe enquanto o pai teria uma linguagem mais ou menos romanizada. Discordando desse último, Von Warburg defende que a expressão raramente era usada para opor duas línguas vulgares, mas, sim, para opor uma língua vulgar ao latim (BATANY, 1982).

Associando diretamente *língua materna* e *mulher*, Renée Balibar alega que a expressão latina *materna lingua* designava de forma pejorativa o vernáculo materno, por oposição à língua masculina de prestígio, a *paterna lingua* (BRANCA-ROSSOFF, 2001). Nessa mesma linha, Urbain (1982) associa intimamente língua materna e a figura da mulher. Para ele, desde a criação do termo até o século XIV, a língua materna era uma imagem “sem referência alguma ao indivíduo social da mãe” (*sans référence aucune à l’individu social concret de la mère*). A referência ao que ele chama “indivíduo social concreto da mãe” teria ocorrido por obra de Nicolau de Oresme, que, em 1361, introduz em francês, como tradução da expressão latina *materna lingua*, a locução *langage commun et maternel*. Segundo Urbain (1982), *commun* está aí para marcar um nível de língua inferior; e *maternel*, uma imagem desvalorizada da mulher, fazendo eco à ordem social do século XIV.

Consideramos plausível, mas limitante, a associação entre *língua materna* e *mãe*, e por extensão, *mulher*. É claro que essa associação está posta no próprio termo *materno*, que, em combinação com o significante *língua*, promove semanticamente a ideia de uma língua que é da mãe. Todavia, mesmo que traga no nome a imagem da mulher, a língua materna sempre foi mais do que a língua da mulher. Principalmente a partir do século XIX, por exemplo, língua materna aparece como *língua da terra-mãe*. Nos dicionários dessa época, percebemos a generalização do sentido de língua materna como *língua do país onde se nasce*. Nossa análise se baseia em fragmentos recolhidos por Boutan (2003) em dicionários franceses.

Dictionnaire général de la langue française (1887):

Le langage parlé ou écrit propre à une nation, La-maternelle, celle du pays où on est né.

A linguagem falada ou escrita própria de uma nação, **Ling-materna**, aquela do país onde se nasceu.

Dictionnaire national (1847):

Langue naturelle ou maternelle. Celle du pays où l'on est né, par opposition à *Langue étrangère*, qui est celle d'un autre pays. || *Langue nationale.* Celle que parle généralement une nation. Se dit aussi par opposition à *Langue étrangère* et aux différents dialectes qui se parlent dans une même nation.

Língua natural ou materna. Aquela do país onde se nasceu, por oposição à língua estrangeira, que é a de um outro país. || *Língua nacional.* Aquela que uma nação fala geralmente. Diz-se também por oposição à língua estrangeira e aos diferentes dialetos que se falam dentro de uma mesma nação.

Definida pela relação com o país onde se nasce e em oposição à(s) língua(s) de outros países: essa é a língua materna segundo esses dicionários. Ela confunde-se com a *língua nacional*, também definida pela relação com um país e por oposição às línguas de outros países. Como a língua nacional ainda se opõe aos chamados dialetos, isto é, as outras línguas faladas no mesmo país. Na mistura entre língua materna e língua nacional, a língua materna acaba também por se opor também aos dialetos, que chegam igualmente a ser significados como língua materna. A sobreposição entre os sentidos de *língua materna* e *língua nacional* torna-se mais tensa quando entra em cena um dos braços do Estado, a escola, e com ela, o ensino de língua.

2. Latim, a língua do pai

A expressão *língua materna* se espalha por toda Europa medieval a partir do século XII. Antes desse período, há apenas um único registro do adjetivo *maternus* em

combinação com o substantivo *lingua*, nas *Metamorfoses*¹, de Ovídio, onde se lê: *Illic inmeritam maternae pendere linguae Andromedan poenas inmitis jusserat Ammon* (“*Andromède payait d’un châtiment immérité le langage insolent de sa mère...*”, na tradução para o francês por Georges Lafaye em 1925), tratando-se, nesse caso, não de língua, mas de *fala*, pois, na Antiguidade Clássica, era *lingua propria*, *lingua nativa*, *lingua sua* ou *nativa lingua* que se empregava para nomear a *primeira língua*, sentido hoje atribuído à língua materna (GRONDEUX, 2008).

Segundo Tombeur (2005), Lafaye (1925) traduz *materna lingua*² como *langage de sa mère* (“linguagem de sua mãe”) e não como *langue maternelle* (“língua materna”) porque para exprimir sentidos como *primeira língua* ou *língua da tradição*, associados hoje à língua materna, os antigos usavam a expressão *sermo patrius* (“língua do pai”, “língua da pátria”) Dessa forma, como nos mostra Tombeur (2005), na *Vita Karoli Magni*, escrita originalmente entre 829 e 836 por Eginhard e editada e traduzida para o francês por Louis Halphen em 1923, onde aparece, no texto fonte, *patrius sermo*, no texto em francês aparece *langue nationale* (“língua nacional”), e onde aparece, no texto fonte, *patria lingua*, no texto em francês aparece *langue maternelle* (“língua materna”). Como se vê, as expressões *patrius sermo* e *patria lingua* foram traduzidas como *língua materna* e *língua nacional*, expressões sem registros até pelo menos o século XII, embora uma tradução “ao pé da letra” nos levasse às formas *língua do pai*/*língua da pátria*.

A importância de trazer essas traduções é mostrar que a expressão *língua materna* simplesmente não aparece nos textos antigos, embora sentidos que hoje são associados a ela estejam lá. Os sentidos dados atualmente à língua materna são postos nos textos clássicos por outros significantes: *patrius sermo* e *patria lingua*. Para nós, isso constitui uma prova de que não há relação evidente entre a expressão língua materna e sentidos de *primeira língua*, *língua da tradição*, *língua das origens*. Afinal de contas, esses sentidos estão sendo postos por outras expressões, em um momento em que sequer havia registros da expressão língua materna. Dito de outra forma, não foi necessário esperar a expressão *língua materna* para que se constituíssem sentidos de *primeira língua*, *língua da tradição*, *língua das origens*. Ainda que com outro funcionamento, esses sentidos são postos em

¹ A expressão aparece no livro IV, verso 670 das *Metamorfoses*, datadas por volta da primeira década da nossa era. No trecho em questão, Ovídio lamenta o destino imerecido da jovem Andrômeda, oferecida em sacrifício a um monstro marinho como castigo pelo ato de arrogância de sua mãe, Cassiopeia, rainha da Etiópia, que ofendera as Nereidas, as ninfas marinhas, ao se comparar com elas em beleza.

² Para evitar ambiguidade ao fazermos referência a uma forma latina, sempre a empregaremos no caso nominativo.

circulação, na Antiguidade Clássica, pelo emprego de *patrius sermo* e *patria lingua*. E isso é ainda mais interessante porque essas expressões aparecem frequentemente nos textos antigos como formas de nomear o latim, ou seja, nessa época, é o latim que é considerado como *primeira língua*, *língua da tradição*, *língua das origens*. Avançaremos nessa questão nos próximos parágrafos.

Em Lucrécio (99?-55? a.C), poeta e filósofo latino do primeiro século da era cristã, o *sermo patrius* é caracterizado por uma suposta inferioridade frente à língua grega, conforme o seguinte trecho de sua obra *De nature rerum*, retirado por Batany (1982), em que se lê: *Nec nostra dicere lingua homoeomerian concedit nobis patrii sermonis egestas* (“e a pobreza de falar da língua da pátria não permite transpor homeomeria para a nossa língua”). Para Lucrécio, a impossibilidade de traduzir o termo fundamental da filosofia de Anaxágoras, *homeomeria*, se explica pela *egestas* (“pobreza”) da língua latina. Lucrécio mostra a língua latina como uma barreira para a tomada de conhecimentos maiores, o conhecimento filosófico, forjados em uma língua maior, superior, o grego.

Já no século I a.C., o aprendizado do grego era uma prática comum da elite romana. Convencidos da superioridade grega, os romanos passam a se considerar *bárbaros* e a considerar bárbara a sua língua. Plauto (254?-184? a.C), por exemplo, em prólogos de suas peças, admite em tom de deboche ter traduzido “em linguagem bárbara”, isto é, em latim, as peças gregas. Segundo Dubuisson (1981), uma das “reações de defesa” dos romanos contra o sentimento de inferioridade perante a língua grega foi precisamente a teoria da origem grega do latim, defendida por gramáticos como Varrão. A reação romana frente à língua grega desenvolveu-se em um gesto de considerar as duas línguas em um mesmo patamar, daí a cunhagem da expressão latina *utraque lingua*, isto é, “as duas línguas”, usada para nomear o binômio grego-latim. Para Dubuisson (1981), a expressão *utraque lingua* não somente opõe o grego e o latim às outras línguas, mas, na verdade, associa o grego ao latim e os coloca em pé de igualdade. De forma um pouco apressada, podemos dizer que no imaginário romano sobre a língua se opera uma tensão entre a língua latina e a língua grega, tensão essa que se materializa em discursos sobre a uma suposta inferioridade da primeira, bem como em discursos sobre estatutos igualitários de dignidade para o latim e grego. Pouco a pouco, como observa Rochette (2009), os romanos vão dando ao latim um estatuto autônomo que o descola da língua grega, de forma que Cícero, no século I a.C., proclamará que o latim pode pretender uma considerável riqueza lexical, ou mesmo “superior” à riqueza lexical do grego. Dessa forma, julgamos que um modo de falar sobre

o latim na Antiguidade se constrói em um movimento de aproximação e afastamento do latim da língua grega.

3. Vernáculos, a língua materna

Ao longo dos séculos X e XI, período em que “o latim é antes de tudo uma língua que se deve aprender” (AUROUX, 1992, p. 42), os vernáculos eram chamados *lingua rusticana* ou *rustica*, *sermo rusticus*, *rustice*, *pagensis lingua*, *lingua rusticorum*, *romana lingua*, *romane* (GRONDEUX, 2008). Não temos espaço para discutir cada uma dessas nomeações. Contudo, é necessário ressaltar que em oposição a todas essas nomeações está posto o latim. E, como se sabe, o latim estava associado à escrita, à Igreja, a Deus. No latim eram feitas a liturgia, as gramáticas, os tratados de lógica e retórica, bem como as diversas atividades intelectuais e científicas. O latim era, enfim, a língua da cultura. Assim, se os vernáculos são tomados como o oposto do latim, também são eles opostos a tudo aquilo associado ao latim. Está aí a chave para a compreensão da expressão *língua materna* na Idade Média.

A expressão *língua materna* apresenta uma circulação muito rápida no Ocidente a partir do século XII, período no qual se conhecem os primeiros registros. Sua difusão se faz principalmente no norte da França, por, entre outros, Wibald de Corvey, Hesso e Guiberto de Nogent (GRONDEUX, 2008). No pequeno monastério de Nogent-sous-Coucy, localizado perto do castelo dos nobres de Coucy e situado na região da Picardia, norte do Reino da França medieval, Guiberto de Nogent emprega a expressão *materno sermo* no relato *Dei Gesta per Francos* (1104-1108) e na autobiografia *De vita sua* (1114-1117). Reunidos em torno das escolas de Angers, na região de Anjou, Baudri de Bourgueil e Geoffroy de Vendôme empregam a expressão *materna lingua* nas suas *Historia Ierosolymitana* (1107) e *Epistolae* (1110).

A região da Picardia, com Guiberto de Nogent, e as escolas de Angers, no noroeste da França, com Baudri de Bourgueil e Geoffroy de Vendôme, são, segundo Grondeux (2008), dois polos independentes de difusão da expressão *língua materna* na Idade Média. Prova disso seria o fato de Guiberto de Nogent fazer uso da forma *materno sermo*, enquanto os outros utilizam a forma *materna lingua*. Na parte norte da França, a expressão *língua materna* aparece também nas *Notae Dunelmenses* (1109-1113) em Paris e no relato de Hesso (1119) em Reims.

Na Inglaterra, principalmente na Cantuária, a expressão é encontrada nas obras de Eadmer (1109-1114), Nigel Wireker (1193) e, antes desse, nas *Epistolae*, de Thomas Becket (1169). Está depositado em Oxford um manuscrito das *Ars Medulina* (1154-1180) que apresenta a expressão *língua materna*. Retirado de um manuscrito de Cambridge que reúne textos do norte da Inglaterra, a *Marginalia* (1150-1250) também traz a expressão. Na Alemanha, próximo da fronteira com os Países Baixos, a expressão aparece no *Costume de Springierbach/Rolduc* (1123-1128). Ao final do século XII, os registros da expressão *língua materna* formam uma mancha que se estende do norte da França ao sul da Inglaterra e que passa pela fronteira ocidental da Alemanha, de onde se espalham pelo resto da Europa nos séculos seguintes. São alguns desses primeiros registros que trazemos neste artigo, para análise dos sentidos da expressão *língua materna*.

Guiberto de Nogent, em um dos primeiros relatos Primeira Cruzada, *Dei Gesta per Francos* (1104-1108), opõe *sermo maternus* a *eloquentia litteralis* e *latina locutio*, afirmando a respeito do papa Urbano II:

Eius enim scientiae litterali eloquentiae cooperabatur agilitas, non enim minor ei videbatur in Latinae prosecutione locutionis ubertas quam forensi cuilibet potest esse in materno sermone pernicitas.

O domínio que ele tinha de sua cultura desempenhou um papel importante na sua capacidade de falar a eloquência literária. Parecia realmente que nenhum advogado poderia ter em sua **língua materna** tanta facilidade quanto o Papa tinha na prática da locução latina.

Guiberto de Nogent foi leitor de Ovídio e nesse último pode ter encontrado a expressão *materna lingua*, a partir da qual cria a expressão *sermo maternus*, locução mais próxima do antigo *sermo patrius* (GRONDEUX, 2008). No texto de Nogent, há uma associação entre *eloquentia litteralis* (“eloquência literária”) e *latina locutio* (“locução latina”), e uma oposição entre essa série e o *sermo maternus* (“língua materna”). O *sermo maternus*, segundo Nogent, é praticado pelos advogados, que, na divisão da sociedade medieval³, fazem parte da ordem dos leigos, ao passo que é o papa Urbano II, líder da Igreja, quem pratica a *eloquentia litteralis*, a *latina locutio*, enfim, o latim. A distinção entre clero e leigos está na base da sociedade medieval. Segundo Jean-Claude Schmitt:

³ Segundo a divisão estabelecida por Adalberon de Laon (947-1030 d.C.), a sociedade medieval se organizava em três classes: aqueles que rezam, os clérigos; aqueles que protegem, os nobres; e aqueles que trabalham, os servos. Como observa Le Goff (2006, p. 29), “O servo, se cultivasse a terra, além de camponês também era artesão. O nobre, soldado, era também proprietário, juiz, administrador. Os clérigos – sobretudo os monges – eram frequentemente tudo isso ao mesmo tempo. O trabalho do espírito era apenas uma de suas atividades”.

De natureza inicialmente religiosa, já que ela se refere aos diferentes estatutos e funções no interior da *ecclesia* entendida como a reunião de todos os cristãos, esta distinção atinge na realidade todo o funcionamento da sociedade: ela concerne estatutos jurídicos, formas de cultura, modos de vida distintos. Ela é ainda mais fundamental na medida em que tende a aplicar aos homens uma divisão bem mais geral que caracteriza todas as representações do mundo cristão: entre o espiritual e temporal, sagrado e profano e, em suma, entre Deus e os homens. (2006, p. 237)

O *sermo maternus* marca uma diferença não apenas entre leigos e clero, mas, principalmente, entre homens e Deus. Na verdade, a criação do termo *sermo maternus* já é uma manifestação dessa diferença. Expliquemos: são aqueles que empregam a *latina locutio* que cunham a expressão *sermo maternus*, são aqueles que empregam o latim que traçam uma distinção entre essa língua e aquela chamada materna. A expressão aparece em latim, nos textos de membros da Igreja, para nomear tudo aquilo que não é latim. Assim, a distinção entre latim e língua materna marca uma diferença entre modos de vida, proximidade com Deus, instrução, acesso à escrita, entre outros.

Segundo o que consta no texto de Guiberto de Nogent, o *sermo maternus* seria mais fácil do que a *latina locutio*; afinal, ele afirma que “nenhum advogado poderia ter em sua língua materna tanta facilidade quanto o papa tinha na prática da locução latina”, ou seja, o papa tinha mais facilidade na prática da locução latina do que o leigo tinha facilidade na prática da sua língua materna, mas não porque a locução latina fosse mais fácil do que a língua materna. Pelo contrário, é que Urbano II seria tão sapiente, que, mesmo no emprego da locução latina, ainda que mais difícil – afinal é ela a eloquência literária, aprendida através do domínio de uma cultura pautada na escrita –, ele teria mais facilidade de se expressar do que o leigo quando emprega sua língua materna. Para Guiberto de Nogent, como se pode inferir, seria esperado o contrário, isto é, que o advogado tivesse mais facilidade de se expressar; afinal, como leigo, o advogado fala a língua materna, mais fácil por ser aprendida sem o intermédio da escrita e tudo aquilo que vem junto com ela.

Em Guiberto de Nogent, temos, de um lado, a facilidade da língua materna, língua dos leigos; de outro, a laboriosa língua do papa, por conseguinte da Igreja, a eloquência literária, enfim, o latim, ao qual a escrita era associada, estando, por sua vez, as práticas da escrita – e da leitura – sob o controle da Igreja. Levamos aqui em consideração a afirmação de Auroux (1992) segundo a qual não haveria oposição mas circulação entre o latim e os vernáculos. De qualquer forma, a narrativa de Guiberto de Nogent nos mostra que latim e vernáculos são enxergados e avaliados de maneiras bem diferentes.

Ainda que a fragmentação do Império Romano tenha provocado “o desaparecimento do papel vernacular do latim e o aparecimento das línguas neolatinas”, (AUROUX, 1992, p. 41), ele permanece por séculos como língua da administração, da cultura intelectual e da vida religiosa. Por toda a Idade Média, “vai subsistir um equilíbrio entre um latim – cada vez mais abstrato, objeto de uma gramática teórica – língua conceptualmente sofisticada do saber letrado, do poder e da religião, e vernáculos que se aprendem na prática da vida” (AUROUX, 1992, p. 46). A Igreja, ciente do desaparecimento do papel vernacular do latim, intervém para que a pregação não se restringisse a essa língua, como nos mostra o *Costume de Springierbach-Rolduc* (1123-1128):

His actis domnus abbas uel prior uel alius, cui librum miserit abbas, sermonem facit materna lingua ad intelligendum omnibus, non tamen cottidie, sed his diebus quibus uisum fuerit prelato. Depois disso, o senhor abade ou prior ou outra pessoa, a quem o abade envie o livro, faz um sermão na **língua materna** para que todos possam entender, mas não todos os dias, mas naqueles dias em que o prelado achar por bem.

Para ser entendido por todos, o sermão deve ser feito em língua materna, no vernáculo, e não no latim. No entanto, como se nota pelo excerto acima, longe de ser uma obrigação cotidiana, a pregação em língua materna é apontada como uma medida de exceção, sendo realizada apenas quando o prelado determinar. Estamos diante de uma tensão: enquanto o latim é a língua da comunidade universal reunida em volta do papado, a língua materna é cada vez mais usada para pregar a palavra de Deus. Todavia, a língua materna não substituirá o latim como veículo para a pregação. Por toda a Idade Média, ainda livre da Reforma de Martinho Lutero, ocupando um lugar que já foi do hebraico e do grego⁴, a língua universal da fé, “a língua na qual o nome-santo fala aos homens”, “aquela da conversação entre a humanidade e aquilo que a transcende”, para aproveitar as palavras de Vilém Flusser (2007, p. 73), não é outra senão o latim.

No relato de Hesso sobre Concílio de Reims (1119), durante muito tempo considerado o registro mais antigo da expressão *materna lingua* (BATANY, 1982),

⁴ Hebraico, grego e latim constituem as três “línguas principais” da difusão da palavra de Deus, noção que aparece na obra de Hilário de Poitiers (315-367 d.C). Elas são as três “línguas sagradas” de acordo com Isidoro de Sevilha (560-636 d.C). A excelência dessas três línguas está marcada no episódio da paixão de Cristo, segundo o relato do evangelho de João (XIX, 19-20): “Pilatos redigiu também um letrado e o fez colocar sobre a cruz; nele estava escrito: ‘Jesus, o Nazareno, o rei dos judeus’. Esse letrado, muitos judeus o leram, porque o lugar onde Jesus fora crucificado era próximo da cidade; e estava escrito em hebraico, latim e grego”. Cf. Wolf, 1970.

encontramos novamente uma polarização: de um lado a língua materna, de outro o latim. Mais uma vez, a necessidade de traduzir a palavra de Deus:

Quod cum prudenter episcopus Ostiensis perorasset, iterum Catalaunensis episcopus ex praecepto domni papae hoc idem clericis et laici materna lingua exposuit. Depois de o bispo de Óstia ter discursado com prudência, novamente o bispo de Catalunha, conforme ordenado pelo papa, repetiu a mesma coisa aos clérigos e aos leigos na **língua materna**.

O relato do Concílio de Reims expõe à vista o problema da má formação do clero em relação ao aprendizado da língua latina. Hesso une clérigos e leigos pela incapacidade do entendimento do latim. O recurso à língua materna para sanar a dificuldade de compreensão da língua latina por parte de clérigos e leigos parece indicar ao mesmo tempo uma ameaça ao latim e à manutenção do lugar de destaque assumido por essa língua no tratamento das questões da Igreja; afinal, o discurso do bispo de Óstia é feito inicialmente em latim, para só depois ser traduzido em língua materna. É interessante pensar que, diante das barreiras construídas pela Igreja para separar clérigos e leigos, entre as quais a língua, o não aprendizado do latim acaba por se converter em um problema de má formação do clero⁵.

4. Língua materna em língua materna

Como vimos, a *materna lingua* era posta em oposição ao latim, e a esse último estava associada à escrita, sendo esta, por sua vez, associadas às práticas da escrita – e da leitura – controladas pela Igreja. O latim era língua da cultura letrada de uma diminuta parte da população e, como diz Auroux (1992, p. 46), ele “estará em perigo desde que atividades sociais tomem importância, as quais, reclamando-se escritura e técnicas intelectuais, formarão uma esfera estranha à Igreja (o comércio)”. Nesse momento, novas redes de sentido são estabelecidas quando se fala de língua materna.

Quando o acesso direto aos textos sagrados torna-se uma realidade, pela Reforma, a palavra de Deus, antes em latim, pode ser não apenas ouvida, mas lida em língua materna. Novamente, outra reorganização das redes de sentido, porque a língua materna também passa a ser portadora da palavra sagrada. Por outro lado, a língua materna passa a ser dita

⁵ A relação entre clero e latim/língua materna é bem mais complexa do que aquela que conseguimos expor no espaço limitado deste artigo. A língua vernácula ocupou um lugar importante na comunicação no interior do clero. De forma semelhante, o próprio aprendizado do latim na Idade Média é intermediado pelos vernáculos Cf. Lusignan, 1987.

em língua materna, melhor dizendo, a língua materna diz língua materna e não simplesmente é dita em latim. Dante Alighieri, por exemplo, usará *parlar materno* na sua obra maior, a *Divina Comédia*. E mais: a expressão começa a ser usada pelos leigos, aparecendo em textos de intelectuais que não faziam necessariamente parte do clero.

Como parte do grande empreendimento de traduções de obras antigas na corte de Carlos V da França, Nicolau de Oresme transpõe para o francês as *Éticas*, de Aristóteles. No prólogo desse trabalho, o tradutor emprega a expressão *langage commun et maternel*, conforme podemos ver no trecho abaixo, retirado de Monfrin (1963):

Et pour certain, translater telz livres en françois et baillier en françois les arts et les sciences est un labeur moult proffitable, car c'est un langage noble et commun a genz de grant engin et de bonne prudence. Et comme dit Tullies en son livre de Académiques, les choses pesantes et de grant auctorité sont delectables et bien agreables as genz ou langage de leur país ; et pour ce dit-il ou livre dessus dit et en pluseurs autres contre l'opinion d'aucuns, que c'estoit bien de translater les sciences de grec en latin et de les baillier et traiter en latin. Or est il ainsi que pour le temps de lors, grec estoit en regart de latin, quant as Romains, si comme est maintenant latin en resgart de françois quant a nous. Et estoient pour le temps les estudiantz introduiz en grec et a Romme et aillieurs, et les sciences communement baillies en grec ; et en ce pays, le langage commun et maternel c'estoit latin. Doncques puis-je bien encore conclure que la considération et les propos de nostre bon roi Chales V est a recommander qui fait les bons livres et excellents translater en françois.

E por certo, traduzir tais livros em francês e exercer em francês as artes e as ciências é um trabalho muito profícuo, pois é uma língua nobre e comum à gente de grande engenho e de boa prudência. E como diz Cícero, em seu livro Acadêmicas, as coisas sérias e de grande autoridade são deleitáveis e bem agradáveis às pessoas ou à língua de seu país, e por causa disso, ele fala no livro acima e em vários outros, contra a opinião de alguns, que seria melhor traduzir as ciências do grego para o latim e exercê-las em latim. Ora, era assim nos tempos de então, o grego estava no lugar do latim para os romanos, assim como agora está o latim face ao francês para nós. E estavam nesse tempo os estudantes introduzidos no grego em Roma e em outros lugares e as ciências comumente exercidas em grego; neste país, a **língua comum e materna** era o latim. Então, posso ainda concluir que a consideração e o propósito do nosso bom rei Carlos V é de recomendar que se façam bons livros e excelentes traduções em francês.

Pela primeira vez, desde que Guiberto de Nogent estabelece a diferença entre latim e todas as outras línguas, reunidas sob o rótulo de *sermo maternus*, a nomeação língua materna recai sobre o latim. O latim é chamado de língua materna na língua chamada de língua materna em latim. Se o latim pode ser nomeado língua materna, a oposição entre língua materna e latim é desnaturalizada. É possível enxergar por detrás dessa desnaturalização a disputa pelo lugar de língua de cultura. É interessante perceber que, enquanto língua materna, no sentido que o termo tem hoje, o latim era chamado língua da pátria. Ele passa a ser chamado língua materna quando já não é mais língua materna de ninguém; e o francês, quando ainda não é língua materna de quase ninguém. Nomear o

latim língua como língua materna e afirmar a nobreza do francês, defendendo sua elevação ao nível de língua de cultura, é mostrar que esses lugares não são fixos, que o funcionamento das línguas pode mudar.

Em Roma, como observa Nicolau de Oresme, a *língua comum e materna* era o latim, mas a língua do saber letrado era o grego. Já na França do século XIV, a língua comum e materna era o próprio francês, ao passo que a língua de cultura passou a ser o latim, empregado em escala internacional. No entanto, para o tradutor, tanto as artes quanto as ciências podem ser realizadas na língua francesa, de forma a não haver razão para que ela não se torne uma língua de cultura. Como se nota, a realidade linguística é organizada a partir da divisão entre *língua materna* e *língua de cultura*. Nesse quadro, a língua materna parece ser marcada por um caráter local. Sendo assim, quando Nicolau de Oresme sustenta divisão entre língua materna e língua de cultura, o que está em jogo é a relação entre o que é local e o que é universal, o que é comum a um país e o que é comum a vários países.

Em 1488, posteriormente ao falecimento de Nicolau de Oresme em 1482, o ateliê de Antoine Vérard prepara um volume híbrido de sua tradução do texto de Aristóteles, substituindo *langage commun et maternel* por *langage commun et naturel* e fazendo, portanto, uma forte aproximação entre *língua materna* e *língua natural*. É interessante notar que são justamente os sentidos de *natural*, *familiar*, *privado* que se vão costurar ao longo dos séculos na definição da língua materna, produzindo a oposição a uma *língua estrangeira* e o efeito de coincidência entre *língua materna* e *língua nacional*. Essa relação entre língua materna e língua nacional repete-se de forma mais explícita em François Rabelais, na sua obra *Gargantua e Pantagruel* (1532-1552).

Personagens de Rabelais, Pantagruel pergunta a Panurge se, além de dominar tantas línguas, falaria também o francês⁶. Panurge responde:

Si faictz tres bien Seigneur, Dieu mercy. C'est Muito bem, Senhor, pela graça de Deus. É
ma langue naturelle, et maternelle, car je suis minha **língua natural e materna**, pois eu nasci
né et ay nourry jeune au jardin de France, c'est e fui educado no jardim da França, em
Touraine. Touraine.

⁶ Ao se deparar com Panurge, Pantagruel lhe pergunta quem é ele, de onde vem, para onde vai, o que quer e qual seu nome. Panurge, diz Rabelais, lhe responde em “língua germânica” (*langue Germanique*), na verdade um bando de palavras amontoadas que não dizem nada e sequer constituem uma frase. Sem entender as tagarelices de Panurge, Pantagruel lhe pede para falar “outra linguagem” (*aulture langaige*). A resposta, alguns nomes próprios em chinês, soa incompreensível. No estilo da sátira rabelaisiana das enumerações e listas enciclopédicas, a cada investida de Pantagruel, Panurge lhe responde em uma língua diferente: italiano, escocês, basco, jargão oriental, holandês, espanhol, dinamarquês, hebraico, grego, latim e francês.

Como vemos, em Rabelais, língua materna não está sendo estabelecida em relação ao latim, mas em relação a outros vernáculos. Panurge explica que tem o francês como língua materna e língua natural por ter nascido e ter sido nutrido nos jardins da França. Por oposição ao que é de fora, ao estrangeiro, e pela relação íntima com o lugar onde se nasce, se constitui a *langue naturelle et maternelle* de Panurge. Nessas condições, o francês não apenas é para ele *língua materna*, mas também *língua natural*. Dessa forma, na constituição dos sentidos de língua materna, é possível ver a associação de uma língua a um território. Ela é significada como a língua de onde se nasce, a língua de uma nação. Os sentidos de língua materna passam a tomar forma em relação aos contornos do território, equilibrando-se na tensão entre o que é de fora e o que é de dentro.

Não apenas nos textos dos intelectuais medievais aparece a expressão língua materna. A partir do século XV, na França, ela também aparecerá nos textos de lei. Na passagem de uma justiça oral e local a uma justiça nacional e escrita, as Ordenanças francesas de *Montil-les-Tours* (1454), *Moulins* (1490), *Villers-Cotterêts* (1539) impõem que as operações jurídicas sejam postas por escrito em francês.

A Ordenança de *Moulins* abole “em todo o país de língua d’oc” (*en tout le pays de Languedoc*) o emprego do latim nas transcrições e determina que elas sejam redigidas “por escrito em linguagem francesa ou materna” (*par escrit en langage François ou maternel*), enquanto que a de *Villers-Cotterêts* exige que todas os atos jurídicos sejam “registrados e emitidos às partes em linguagem materna francesa e não de outra forma” (*enregistrés et délivrés aux parties en langage maternel françois et non autrement*).

Temos nesses textos um testemunho do início dos Estados modernos, cujo aparelho administrativo se sustenta por uma ideologia jurídica estreitamente vinculada à escrita. Para ser uma língua do Estado, é necessário prover a língua materna de escrita. Provida de escrita, a língua materna passa, evidentemente, a se relacionar de uma maneira diferente com o latim, assumindo espaços até então exclusivos a esse último. Essa virada, que vai se estabelecer no Renascimento, é justamente o que leva à gramatização dos vernáculos, como afirma Auroux (1992).

5. À guisa de conclusão

Os primeiros registros da expressão *língua materna*, em sua maioria encontrados em obras ligadas à Igreja, nos apontam problemas peculiares à sociedade medieval, como a organização social estruturada entre clérigos e leigos, a má formação do clero, do mesmo

modo que as questões linguísticas implicadas, tais como o desaparecimento do papel vernacular do latim e a sua manutenção como língua do saber letrado e da vida religiosa e a emergência dos vernáculos europeus, além de uma reflexão linguística avançada sobre esses vernáculos. Já na sua origem, portanto, os sentidos de *língua materna* acompanham o processo de gramatização das línguas. Podemos mesmo considerar a língua materna como a marca da consciência da diversidade dialetal e linguística do homem medieval. Essa expressão identifica um novo objeto linguístico, sempre tomado no singular e em oposição ao latim. De um lado o latim, de outro lado a língua materna. Se a gramatização massiva das línguas do mundo só se dá a partir do Renascimento, já no século XII a expressão *língua materna* denuncia o desaparecimento vernacular do latim e a emergência dos vulgares e o próprio desenvolvimento do processo de gramatização.

Referências Bibliográficas

AQUINO, José Edicarlos de. **O que há de materno na língua?:** considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX. 2012. 204 f. Dissertação – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BATANY, J. L'amère maternité du français medieval. **Langue Française**, Paris, v. 54, n. 1. p. 29-39, mai 1982.

BLOOMFIELD, L. **Language.** Londres: George Allen & Unwin LTD, 1933.

BOUTAN, P. Langue(s) maternelle(s): de la mère ou de la patrie?, **Revue de didactologie des langues-cultures**, n. 130, p. 137-151, 2003.

BRANCA-ROSOFF, Sonia. Renée Balibar: de l'institution des langues à leur universalisation. In: BRANCA-ROSOFF, Sonia (Éd.). **L'institution des langues: autour de Renée Balibar.** Paris, Maison des sciences de l'homme, 2001. p. 1-25.

DECRUSY; ISAMBERT; ARMET (Éd.). **Recueil général des anciennes lois françaises, depuis 420 jusqu'à la révolution de 1789.** Paris : Belin-Le Prieur, 1828. Tomo XII.

DUBUISSON, Michel. Utraque lingua. **AC**, n. 50, p. 274-286, 1981.

FLUSSER, Vilém. **Língua e realidade.** 3. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GRONDEUX, Anne. La notion de langue maternelle et son apparition au Moyen Age. In: VON MOOS, Peter (Éd.). **Zwischen Babel und Pfingsten / Entre Babel et Pentecôte.** Zurich : Berlin : Lit Verlag, 2008. p. 339-356.

HUYGENS, R.B. Guiberto de Nogent, **Dei gesta per Francos et cinq autres textes**. Turnholti : Brepols, 1996. (Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis; 127A)

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LEPSCHY, Giulio. Mother tongues and literary languages. **The Modern Language Review**, v. 96. n. 4, p. 33-49, 2001.

LUSIGNAN, Serge. **Parler vulgairement** : les intellectuels et la langue française aux XIIIe et XIVe siècles. 2. ed. Paris, Librairie philosophique J. Vrin, 1987.

MONFRIN, Jacques. Humanisme et traductions au Moyen Âge. **Journal des savants**, n. 1, p. 161-190, 1963.

RABELAIS, François. **Pantagruel, Roy des Dipsodes**, Restitué à son naturel avec ses faictz et prouesses espouventables. Paris: GF-Flammarion, 1993.

ROCHETTE, Bruno. Les noms de la langue en latin. **Histoire Epistémologie Langage**, v. 31, n. 2, p. 29-48, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo, Cultrix, [1916] 2006.

SCHMITT, Jean-Claude. Clérigos e leigos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. São Paulo: Edusc, 2006. v. 1. p. 237-251

SPITZER, Leo. **Muttersprache**. **Monatshefte für deutschen Unterricht**, vol. 36, n. 3, p. 113-130, märz 1944.

TOMBEUR, Paul. **Maternitas dans la tradition latine**. **CLIO. Histoire, femmes et sociétés, Toulouse**, n. 21. p. 1-6, juin 2005.

URBAIN, Jean-Didier. Langue maternelle: part maudite de la linguistique. **Langue Française**, vol. 54, n. 1, p. 7-28, mai 1982.

WHITNEY, William Dwight. **The life and growth of language**. Nova York, D. Appleton & Company, 1887.

WOLFF, Philipee. **Les origins linguistiques de l'Europe occidentale**. Paris : Hachette, 1970.

José Edicarlos de Aquino é graduado em Letras pela Universidade de Brasília (UnB); mestre em Linguística e doutorando também em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, na área de História das Ideias Linguísticas. Em suas pesquisas, atua, sobretudo, nas seguintes áreas: história das ideias linguísticas, gramatização brasileira, língua materna e teoria linguística. (edicarlos_aquino@yahoo.com.br).